



Pé de Página

João Garcia

Cobrar a luz no preço da lâmpada

António foi ao supermercado comprar

lâmpadas. Reparou que tinham subido ligeiramente de preço e perguntou o que se tinha passado. “Não sabe? Agora os equipamentos de iluminação trazem uma taxa para a EDP, pois quem compra

lâmpadas vai gastar eletricidade. E, se assim é, deve pagar um pouco logo à partida. Aliás, nas torneiras é igual: quem as compra vai gastar água, pelo que não faz mal nenhum dar um contributo para a EPAL.”

António não queria acreditar, até que lhe explicaram que foi aprovado um projeto do Governo para criar uma taxa sobre cartões e equipamento com memória, *pens* e até impressoras no pressuposto de que podem ser usados para fazer cópias que prejudiquem os direitos de autores.

Os autores têm direitos. Mas cobrá-los através de taxas diretamente sobre os consumidores ou sobrecarregando os fabricantes (que obviamente acabam por refletir os encargos no preço final) é pôr todos a pagar os pecados de alguns. Ou seja: para os defensores das taxas, estes dispositivos são sempre, e todos, usados para fazer cópias de obras alheias — ou seja, não conseguem imaginar uma torneira que deite água de um poço particular, ou uma lâmpada alimentada por um gerador privado... ou um telemóvel que só telefone e guarde fotos pessoais.

A pergunta que assusta

A persistência e a capacidade de negociar de Paulo Macedo têm feito baixar os custos dos medicamentos. Pôr a Europa a debater, em conjunto, o preço de alguns tratamentos é a mais criativa — e recente — iniciativa do ministro da Saúde.

Veremos se tem sucesso. Se há desafio que as sociedades enfrentam e que têm — queiram ou não — de discutir é o preço da Saúde. De forma provocadoramente crua, têm de saber responder à (insuportável) pergunta: “Quanto vale a pena gastar com este doente?”

As tecnologias trazem constantes evoluções, que não são baratas. E se a procura de novos conhecimentos não tem fim, os orçamentos têm. À imaginação que nos dá novas soluções e mais tempo de vida é preciso responder com a criatividade e a inquietação que permitam encontrar forma de as pagar.

Entrar é grátis, mas fica caro

Que disse o ministro Jorge Moreira da Silva no seu Compromisso para o Crescimento Verde? Entre outras coisas, que era bom incentivar o uso dos transportes coletivos e que a introdução de portagens à entrada das cidades pode ser uma opção. Tanto bastou para soar o alarme, conhecida que é a apetência do Governo por agravar a carga fiscal.

Talvez que a intenção de reconstruir as velhas “portas da cidade”, volta não volta ressuscitada, ande por muitas cabeças. Cobrar a quem quer circular no “casco urbano” é uma tentação.

Mas só é uma inovação para os mais desatentos. Em Lisboa, a portagem não é cobrada quando se cruza o limite da cidade, mas sim quando se estaciona, mesmo que seja lisboeta. Um custo que foi sendo alargado e docilmente aceite: em 2013, a EMEL cobrou €17 milhões só nos parquímetros (mais €2,5 milhões do que em 2010), e explorava 45,7 mil

lugares de estacionamento na via pública, mais 10 mil do que três anos antes. (A EMEL, no ano passado, cobrou mais €2,9 milhões em bloqueios e reboques, €1,9 milhões em contraordenações e €3,6 milhões em parques).

Lisboa (entre outras cidades) não cobra só a quem quer entrar; já se faz pagar por todos, cidadãos ou suburbanos, que queiram estacionar. E como não há viagem que não termine...